

A análise pedológica do processo pedagógico

A análise pedológica abrange tanto os aspectos da educação quanto da aprendizagem da criança. Mas vamos concentrar toda a nossa atenção na análise pedológica dos processos de aprendizagem da criança, uma vez que o outro aspecto requer um exame especial.

Parece que todos aceitam que a análise do processo pedagógico constitui a parte central do trabalho pedológico na escola e nenhum aspecto do trabalho pedológico foi elaborado tão mal e de modo tão ineficaz. Como nos parece, isto se deve a duas circunstâncias: 1) ao divórcio entre a teoria pedológica e o trabalho prático que, infelizmente, se faz presente até hoje e se manifesta no fato de que o centro da atenção no trabalho pedológico é freqüentemente ocupado por questões teórico-abstratas enquanto o trabalho prático se constitui de modo mais ou menos espontâneo; 2) à falta de elaboração teórica da análise pedológica no processo pedagógico. Os problemas mais abstratos, relacionados à pedologia em sua totalidade, costumam ser elaborados com menos intensidade, enquanto continuam teoricamente pouco elaborados os problemas do desenvolvimento mental da criança e da relação desse desenvolvimento com a aprendizagem escolar. Como resultado, cria-se uma situação que não satisfaz nem os pedólogos nem a escola, que têm todo o

direito de esperar desse trabalho algo mais definido e sério do que aquilo que lhes chega às mãos.

De fato, a que se resume a chamada análise pedológica do trabalho pedagógico na escola? Em sua maior parte esse trabalho assume o caráter de pronto-socorro: o pedólogo chega à sala de aula de lápis e papel na mão, passa a aula toda sentado e fazendo anotações minuciosas. Depois analisa a aula do ponto de vista de considerações gerais, do quanto as crianças estiveram interessadas e o quanto foram atenciosas, etc. Como resultado obtém-se no melhor dos casos uma análise metodológica da aula, e onde o pedólogo é mais ou menos experiente nesse tipo de análise ele atua em relação ao pedagogo como consultor, instrutor, auxiliar ou simplesmente como o segundo pedagogo ou assistente. Se, como acontece freqüentemente, ele não é especialista em metodologia de algum objeto, então a chamada análise pedológica do processo pedagógico se resume a indicações gerais sobre metodologias de organização da aula, ou seja, indicações de que toda aula deve interessar as crianças, atrair-lhes a atenção, desenvolver-se de modo a permitir a alternância de ocupações e ter determinada dinâmica, etc.

Tentaremos, antes de mais nada, definir o conteúdo do que se costuma designar pelo termo "análise pedológica". Depois virá a questão de saber por que meios, vias e métodos a análise deve ser realizada. Para responder a essas questões achamos mais correto partir não da sua colocação abstrata mas dos resultados de que dispõem a pedologia como fruto de uma correta análise dos aspectos particulares da aprendizagem escolar.

Se tentarmos simplificar a situação e imaginá-la em forma esquemática, ficará claro que existem pontos de vista contraditórios sobre o problema do conteúdo da análise pedológica. Ambos os pontos de vista têm uma participação mesclada na nossa análise pedológica. Ao mesmo tempo, os dois não são inteiramente consistentes e devem ser rejeitados em proveito de um terceiro, que tentaremos defender em seguida.

Em ordem cronológica, o primeiro ponto de vista consiste no seguinte: supõe-se que a criança realiza certos processos de desenvolvimento que são uma premissa da possibilidade da sua aprendizagem escolar. O desenvolvimento deve anteceder a aprendizagem. Esta se baseia em ciclos concluídos do desenvolvimento da criança. A tarefa do pedólogo ou psicólogo é definir o processo de desenvolvimento da criança e depois a aprendizagem já deve ser adaptada às leis do desenvolvimento da criança. De fato, com muita frequência ouvimos a indagação: qual é a abrangência pedagógica de certa idade? Será efetivamente necessário começar a alfabetização das crianças aos oito anos, quando elas ingressam na primeira série da escola, ou se pode ensiná-las a ler e escrever aos cinco anos, como se faz em alguns jardins-de-infância, ou aos sete anos, como é prática nos cursos preparatórios?

De que depende a solução desse problema, ou seja, quando é necessário começar a alfabetizar a criança? Isso depende do processo de desenvolvimento dessa criança. Para iniciar a alfabetização de uma criança é necessário que as suas funções mentais estejam amadurecidas e tenham atingido certo nível de desenvolvimento. Assim, não se pode alfabetizar uma criança de três anos porque nela a atenção não está suficientemente desenvolvida (ela não consegue se concentrar por muito tempo em uma ocupação) e a sua memória ainda não está devidamente desenvolvida (ela não consegue memorizar o alfabeto) e o pensamento ainda não se desenvolveu suficientemente, etc.

Os adeptos do primeiro ponto de vista acham que a memória, a atenção e o pensamento se desenvolvem por certas leis próprias, à semelhança das forças da natureza, que eles devem atingir certo nível e só então a aprendizagem escolar se tornará possível. Assim, a relação entre aprendizagem e desenvolvimento é interpretada como existência de duas séries independentes. A primeira é processo de desenvolvimento da criança e a segunda o processo de aprendizagem escolar. Tudo consiste em ajustar o processo de aprendizagem escolar ao processo de desenvolvimento da criança.

→ Piaget

Esse é, em particular, o ponto de vista de Piaget: as crianças até os onze anos não dominam o pensamento, ou seja, o estabelecimento de uma dependência de causa e efeito, e por isso, segundo ele, é inútil começar a ensinar ciências naturais e ciências sociais a uma criança antes dos onze anos.

Emprega-se freqüentemente a comparação: a relação da pedagogia com a pedologia é a mesma da técnica com a física. A física estabelece as leis da natureza como tais, a técnica aplica essas leis. De igual maneira, a psicologia e a pedologia estabelecem as leis do desenvolvimento infantil, a pedagogia organiza a aprendizagem da criança com base nessas leis. Esse ponto de vista é o que tem mais vitalidade embora seja o mais antigo. Baseia-se em que uma série de pedólogos, pedagogos e psicólogos até hoje supõem que o desenvolvimento mental da criança depende imediatamente do amadurecimento do cérebro. Como o pensamento é a função básica do cérebro, eles consideram que o desenvolvimento do pensamento é função decorrente do desenvolvimento do cérebro e existe uma dependência imediata entre certos níveis de amadurecimento do cérebro e os níveis de desenvolvimento do pensamento. Se uma criança de idade inferior não pensa como uma criança de sete anos, isto acontece porque o seu cérebro ainda não amadureceu. O processo de desenvolvimento é visto por esses pensadores como processo de caráter orgânico.

No que se refere a esse ponto de vista, foram feitos três reparos básicos a prática das escolas americanas e européias avançadas. Esses reparos reduziram de fato esse ponto de vista a quase zero.

Primeiro reparo: se o nível de desenvolvimento da criança nos dias de hoje não permite dominar a dependência de causa e efeito, isto significa que é necessário extirpar do material didático tudo o que não corresponda a determinado nível de desenvolvimento do pensamento da criança? Não. Na criança o desenvolvimento do pensamento causal é fraco, e justamente por isso a escola deve trabalhar o desenvolvimento dessa fun-

ção com a maior atenção e a menor perda de tempo. Ao contrário, a escola não precisa trabalhar intensamente o que na criança está suficientemente desenvolvido. Assim, os processos de percepção se desenvolvem antes e, conseqüentemente, na escola não é necessário ensinar a criança a ouvir, a ver, etc. Veja-se o exemplo da escola auxiliar. Na pedagogia da escola auxiliar desenvolveu-se o seguinte dogma: se nas crianças com retardamento mental o pensamento abstrato é precário, então toda a aprendizagem deve ser organizada segundo os princípios do método direto. Muitas escolas baseavam o seu trabalho nesses princípios, até que ficou claro que essas escolas estavam paralisando o pensamento abstrato. E surgiu um lema novo e inverso no campo da pedagogia da escola auxiliar, particularmente na Alemanha, que dizia: se o pensamento abstrato de uma criança com retardamento mental tem um desenvolvimento fraco, a escola é obrigada a trabalhar intensamente o desenvolvimento dessa função nessa criança.

O primeiro reparo mostrou que o nível de desenvolvimento da criança não é critério do que se possa fazer ou deixar de fazer com ela no momento.

Segundo reparo: foi estabelecido que os processos de desenvolvimento da criança são processos de suma complexidade que não podem ser bem caracterizados por um só nível. Daí surgiu a teoria que nos Estados Unidos foi chamada de "teoria do duplo nível". Esta teoria é de enorme importância porque mostrou na prática até que ponto é capaz de reconstruir o serviço pedológico ou psicológico do processo escolar. A idéia consiste no seguinte: o desenvolvimento da criança é um processo de mudança constante. Cabe perguntar se pode o desenvolvimento ser determinado apenas por algum nível existente, ou seja, pelo nível daquilo que a criança pode fazer hoje, daquilo que a criança sabe hoje. Isso significaria admitir: o desenvolvimento se realiza sem qualquer preparação, só começa quando se torna visível. Mas na prática é claro que sempre existe preparação, que o desenvolvimento e os processos na crian-

ça passam por um original período embrionário. Exatamente como a existência da criança começa não do momento do seu nascimento mas da concepção, o nível de seu desenvolvimento é, em essência, preparado. No fundo, determinar o desenvolvimento da criança pelo nível do que hoje está amadurecido significa renunciar à concepção do desenvolvimento infantil.

Para neutralizar tais deficiências, Meuman e outros pesquisadores fizeram reparos que redundaram em uma modificação no campo da teoria e da prática da análise pedológica. Pela essência do reparo, se hoje a criança revela em forma imatura essas e aquelas habilidades e capacidades amadurecidas, no processo de seu desenvolvimento já existem nelas certas funções que fazem avançar esse desenvolvimento. Nesse caso, a tarefa da investigação pedológica é estabelecer o que hoje já não traz apenas frutos mas está semeado, ainda irá florescer e amanhã dará certos frutos, ou seja, o enfoque da definição do nível de desenvolvimento é dinâmico. As pesquisas levaram os pedólogos à idéia de que se deve definir ao menos o duplo nível de desenvolvimento da criança: em primeiro lugar, o nível de desenvolvimento atual da criança, ou seja, aquilo que hoje já está maduro e, em segundo, a zona do seu desenvolvimento imediato, ou seja, aqueles processos no desenvolvimento subsequente dessas funções que, estando maduros hoje, ainda assim estão a caminho, germinando; amanhã darão frutos e passarão ao nível de desenvolvimento atual.